

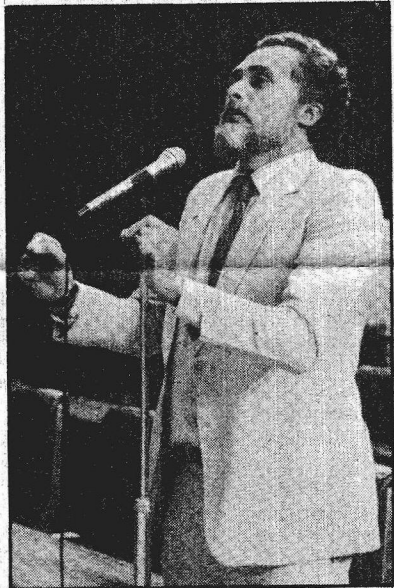
PT não aceita antecipar revisão

Josemar Gonçalves 26.01.89

O deputado José Genoíno informou que a bancada do seu partido fechou questão contra a antecipação da revisão constitucional. "É um casuísmo se pretender realizar a revisão constitucional antes do plebiscito sobre o parlamentarismo e presidencialismo, que está marcado para 7 de setembro de 93", explicou o novo líder. Segundo ele, "a antecipação da revisão é uma proposta do governo. Não somos contra que todos apresentem os pontos que considerem ser necessários alterar, mas até lá é preciso que se cumpram as normas constitucionais que definem a revisão para o ano de 93", disse.

Apesar de ser considerado como um dos mais atuantes parlamentares no plenário, esta é a primeira vez que Genoíno assume a condição de líder do partido na Câmara. Ele é um dos poucos deputados com profundo conhecimento do regimento interno. Sozinho, ele já conseguiu obstruir sessões do Congresso e da Constituinte, o que deixava os seus adversários do plenário apreensivos quando ele se dirigia ao microfone de apartes.

A bancada de 35 deputados do PT escolheu para atuar ao lado de Genoíno, como vice-líderes, os seguintes deputados: Aloísio Mercadante, Hélio Bicudo, Sandra Starling, Eduardo Jorge e Petro Toneli. O PT também quer a 1ª suplência da Mesa Diretora da Câmara e até já escolheu para exercer o cargo a deputada Irma Passoni (SP), enquanto a presidência da Comissão do Trabalho ficaria com o deputado Paulo Paim (RS). 'A Mesa e as presidências das comissões têm de ser



Genoíno denuncia casuísmo

efetivamente suprapartidárias se não iremos adotar outro comportamento", ameaçou o líder.

Reforma

Para Genoíno, o primeiro ponto a ser debatido pelo Congresso que toma posse hoje é a questão da tramitação das medidas provisórias. Para ele, é de importância fundamental para o Legislativo que se limite a possibilidade de edição dessas normas legais. O líder petista também quer uma reforma ampla do Legislativo, de modo que o Congresso possa reafirmar sua autonomia diante do Executivo. O terceiro ponto considerado prioritário pelo parlamentar é a definição de um novo projeto de política salarial.